

A morte brasileira em diferentes épocas: uma análise antropológica dos rituais funerários e da “morte digna”

The Brazilian death at different periods: an anthropological analysis of funerary rituals and the "dignified death"

Caroline Bernardoni Cavalcanti Baptista

caroline.bernardoni@gmail.com

Graduanda em Ciências Sociais, desde 2015 pela PUC-Rio.

Resumo

O objetivo desse artigo é refletir sobre a variação da definição social da boa morte a partir de uma análise antropológica das transformações pelas quais passaram os rituais funerários e o entendimento da morte na sociedade brasileira do século XIX até o século XXI. A partir dessa reflexão é possível agregar um olhar histórico e social ao conceito de dignidade humana, valor essencial para os direitos humanos.

Palavras-chave: morte; ritos funerários; boa morte; sociedade brasileira; dignidade.

Abstract

The purpose of this article is to reflect about the variation of the social definition of good death, based on an anthropological analysis of the funerary rituals transformations and the understanding of death in Brazilian society from the nineteenth century to the twenty - first century. From this reflection it is possible to add a historical and social view to the concept of human dignity, an essential value for Human Rights.

Introdução

Em ordem cronológica, será explicitada a “morte domesticada” existente na Bahia do século XIX, a morte solitária e privada que surge no século XX e, por fim, a morte pós-moderna e individualizada que tem seu início já próximo do século XXI. Elas serão entendidas por meio das etapas antropológicas que caracterizam os ritos fúnebres, pelo triplo dado antropológico da morte e, principalmente, pelas ideias de boa morte e má morte que se modificam com as mudanças sociais.

A morte é uma realidade imposta a todos os seres vivos, constituindo um estágio natural da vida. Entretanto, apenas nos seres humanos há um conhecimento e uma preocupação com esse fato (ELIAS, 2001), o que move sentimentos e atitudes rituais. Desde os primórdios da humanidade, isso pode ser percebido por meio do tratamento específico destinado aos mortos: a sepultura. Todas as sociedades se preocupam com os seus mortos e os sepultam, o que ultrapassa uma questão puramente instintiva. O cadáver humano move sentimentos nos vivos que culminam em práticas funerárias determinadas socialmente pela cultura (MORIN, 1997).

Essas práticas variam de sociedade para sociedade e de época para época. Elas refletem os valores e crenças compartilhados pela cultura que determinam os cuidados com o corpo e seu destino, além das normas para o período do luto. Os ritos funerários são exemplos de ritos de passagem, eles buscam marcar a passagem entre os espaços sociais diferenciados e seguem a configuração de três etapas apresentada por Van Gennep (1978): a separação, a liminaridade e a agregação. Os ritos tendem a ser mais ligados a uma dessas etapas, e o foco do rito funerário recai sobre a etapa de separação, ou seja, o morto deve ser separado dos vivos e da vida cotidiana. O período do luto corresponde à etapa da liminaridade e é a parte mais delicada desse processo, pois o morto permanece em suspenso entre dois mundos – o dos vivos e o dos mortos – e as atividades cotidianas são interrompidas para os enlutados. Estes últimos são os encarregados de realizar o ritual e, ao fim desse processo, o morto é agregado ao mundo dos mortos e se retorna aos padrões de normalidade social.

Edgar Morin (1997) aponta que o contato com a morte configura uma situação de tabu, uma vez que encarar os mortos seria encarar a própria morte, e isso causaria um sentimento de horror. Esse horror da morte tem uma ligação forte com a afirmação da individualidade e a sua perda potencial em face da morte. Essa afirmação dá sentido ao triplo dado antropológico da morte: primeiro há a consciência da morte (o fato da morte); posteriormente, o

traumatismo da morte (pela singularidade do cadáver); para, por fim, gerar a crença na imortalidade. Dessa forma, os rituais se ligam à noção de sobrevivência ou de renascimento do morto, à necessidade de dar destino ao corpo do morto, à alma e aos enlutados na vida social. Segundo Morin: “a dor provocada por uma morte só existe se a individualidade do morto estiver presente e reconhecida: quanto mais o morto for próximo, íntimo, familiar, amado ou respeitado, isto é, ‘único’, mais violenta é a dor” (1997, p.32).

Assim, a morte deve ser percebida dentro de questões universais, como a dinâmica dos rituais de passagem e do triplo dado antropológico, mas também dentro das particularidades de cada cultura. Ou seja, a morte está sempre inserida em um sistema de classificação que dá sentido às diferentes formas de lidar com ela em cada cultura. A classificação que nos interessa para a análise que se segue é a separação entre boa morte e a má morte, pois essa conceituação muda de acordo com a época em que se encontrava a sociedade brasileira e será, ao final, entendida como uma chave de leitura para o entendimento da “morte digna”, tendo em vista o conceito de dignidade humana. Essa é uma discussão ampla e envolve temas como eutanásia (antecipação da morte da pessoa que sofre), ortotanásia (suspensão do tratamento que prolongaria a vida, morte natural), distanásia (prolongamento artificial do processo de morte) e morte ou suicídio assistido (auxílio ao suicídio do paciente). O estudo histórico e social de como a morte é classificada e ritualizada contribui no sentido de perceber a complexidade do tema e qualificar as discussões.

A morte na Bahia na primeira metade do século XIX

Os ritos de separação e incorporação presentes nas cerimônias funerárias não são fortemente marcados para todas as culturas, em muitas sociedades eles se confundem e podem possuir significações simultâneas. É certo que esses rituais deverão ser cumpridos pelos vivos e eles são fundamentais para a segurança dos mortos e dos vivos, já que o estágio liminar implica perigo¹ para toda a sociedade. Entretanto, a preparação para a morte já pode começar antes do momento final, e é o que acontecia na Bahia da primeira metade do século XIX. Nesse estado brasileiro se encontrava a ideia que o indivíduo devia se preparar para a morte, arrumando bem a sua vida, cuidando de seus santos de devoção ou fazendo sacrifícios a seus

¹O perigo resultante do insucesso do ritual funerário consiste na penosa existência a que são condenados os mortos, pois não conseguem entrar no mundo dos mortos. Em consequência eles acabam se tornando fonte de perturbação para os vivos, pois passam a querer serem reincorporados ao mundo dos vivos, e com a impossibilidade, eles agem com hostilidade (VAN GENNEP, 1978).

deuses e ancestrais. É o que nos apresenta o historiador João José Reis, em seu livro *A morte é uma festa*, no qual a morte na Bahia foi descrita por meio da análise dos testamentos da época.

A Bahia, sede da colonização portuguesa no Brasil, tinha heranças fortes das tradições portuguesa e africana, nas quais o cuidado com os mortos era valorizado e envolvia uma grande mobilização dos vivos. Os funerais contavam com familiares, sacerdotes e membros da comunidade que já se faziam presentes mesmo antes da morte, junto ao sujeito moribundo para que a sua passagem se fizesse de forma segura, definitiva e alegre. Os funerais eram bastante elaborados, tanto para as raízes portuguesas quanto para as africanas, na época. Ambas acreditavam em destinos diferentes para bons e maus mortos, o que dependeria do merecimento de cada um. Para os portugueses, segundo a lógica do catolicismo, almejava-se a salvação, isto é, após a morte o sujeito merecedor vai para o céu viver na glória celestial. Já para os africanos, a lógica varia de um povo para outro, mas, de forma geral, busca-se a reunião junto aos antepassados, existindo também a lógica da reencarnação para essa matriz.

Em consequência desse objetivo pós-vida, os indivíduos já se preparavam em vida para atingir a boa morte. A forma de morrer portuguesa foi a que prevaleceu, pois havia grande repressão à religião africana durante o período escravocrata brasileiro. A “morte domesticada” ou “morte barroca” constitui as expressões usadas para identificar o ideal de bem morrer, que consistia em uma grande mobilização ritual. Domesticar a morte significava que “o fim não chegaria de surpresa para o indivíduo, sem que ele prestasse contas aos que ficavam e também os instruisse sobre como dispor de seu cadáver, de sua alma e de seus bens terrenos” (REIS, 1991, p.92). O testamento constituía o meio pelo qual o moribundo expunha as suas vontades e quitava as suas dívidas, fosse com os vivos, fosse com Deus. Esse movimento já representa o início do ritual de separação daquele sujeito em relação ao mundo dos vivos, em seu testamento ele já direciona como a vida dos seus próximos deve seguir sem ele e o que devem fazer com o seu corpo. Além disso, tem início também o ritual de agregação, pois, no testamento, procura-se quitar as dívidas e fazer doações e boas ações que justificariam a salvação do indivíduo.

As formas dos testamentos variavam, mas de maneira geral começavam com um preceito religioso (“Em nome de Deus”, por exemplo) e seguiam com a confiança da alma a Deus e do pedido de proteção aos santos. Depois, o indivíduo descrevia a sua vida pessoal, incluindo os parentes mais próximos e indicava três ou mais para executarem as determinações do testamento e seguia-se a distribuição de bens. Além desse roteiro básico, muitos testamentos também incluíam determinações quanto à situação em que ficariam a

família, os escravos (que poderiam ser alforriados) e outras pessoas. O testador preparava a própria morte e, no limite, a vida dos que lhe eram próximos, sendo que a maior motivação para testar era que esse era considerado um meio para a salvação.

Segundo Reis (1991), era recomendado por uma cartilha católica que os fiéis fizessem seus testamentos ainda com boa saúde, mas, normalmente, eles só eram feitos quando contraíam uma doença grave, já que neste instante a morte era temida ou, pelo menos, lembrada. Se preparar para a morte não queria dizer, então, não a temer, na verdade, o maior temor era a morte desprevenida. A preparação ajudava o doente a esperar a morte, pois ele deixaria o mundo sem pendências. A quitação de dívidas, o reconhecimento da paternidade, a concessão de alforrias, o perdão, a doação e qualquer tipo de caridade eram indispensáveis para a salvação.

Além de testada, a boa morte também deveria ser assistida, a presença dos vivos era indispensável no momento final, com especialistas em bem morrer e solidários espectadores, morrer na solidão era um mal morrer. Dessa forma, na Bahia, ao menor sinal de que alguém estava nos seus últimos momentos, os vizinhos e familiares se reuniam junto ao moribundo e se ocupavam de propiciar uma passagem digna, com a preparação do banho, da mortalha e do ambiente, com velas, incensos e imagens de santos, um simbolismo que afastaria as sombras. A presença dos vivos era extremamente importante para que as últimas vontades do doente fossem cumpridas, muitas vezes era nesse momento que os testamentos eram ditados, para aqueles que fossem pegos de surpresa. Esse também era o momento em que o sacerdote presente administrava os últimos sacramentos, que consistia em um auxílio para a hora da morte, mantendo afastadas as tentações perigosas e perdoando os pecados do enfermo.

A Bahia, nesse contexto, é um exemplo das atitudes em relação ao tratamento dado ao moribundo e as obrigações frente à morte de sociedades medievais e principalmente da sociedade brasileira, na qual havia a convivência de diferentes culturas, porém com a cultura europeia tomada como oficial. Observa-se como a individualidade estava mais ligada às relações sociais, já que uma das maiores preocupações no testamento era a organização familiar que seguiria sem aquele sujeito, além da destinação da herança. A marcação da religião também era forte, uma vez que o objetivo dos rituais era a destinação adequada dos mortos para o mundo dos mortos (ARIÈS, 1981). O ritual funerário já começava desde o momento do testamento, sinalizando o início da separação entre mortos e vivos. A preocupação social com a liminaridade e a valorização das relações sociais obrigava os vivos a estarem presentes junto ao moribundo e a ajudá-lo com a passagem, proporcionando

também um funeral bem elaborado. A integração do morto ao mundo dos mortos se traduzia na salvação, e tanto o testamento quanto as ações das pessoas presentes junto ao enfermo proporcionavam uma série de simbolismos que favoreceriam a passagem para o céu ou para junto dos ancestrais.

A morte solitária no século XX

O horizonte brasileiro do início do século XIX, típico da sociedade medieval, passou por transformações profundas tendo por base dois processos principais: o civilizador e as mudanças nos saberes médicos, os quais são teorizados por Norbert Elias em seu livro *A solidão dos moribundos*. Nessa passagem para o século XX, a sociedade brasileira começa a se inserir em um contexto global e passa a se assemelhar ao ocidente como um todo. Se, naquela época, a morte comunitária, a salvação e a dor e o sofrimento físico e moral eram centrais para a meta da salvação, com a secularização e o surgimento do hospital essa realidade se altera, mudando a forma de lidar com a morte e com os mortos. Essa passagem é também analisada por Rachel Menezes e Edlaine Gomes no artigo “‘Seu funeral, sua escolha’: rituais fúnebres na contemporaneidade” (2011). Nesse ambiente se origina o médico que passará a comandar a vida e a morte humana por meio de saberes específicos da sua área. Além dos médicos, outros profissionais também assumem a cena nos cuidados com o corpo e com os rituais fúnebres, devido aos seus conhecimentos específicos.

Essa mudança que ocorre em relação ao entendimento da morte é apenas um reflexo do desenvolvimento das sociedades modernas ocidentais a partir dos processos de urbanização, do crescimento das indústrias, individualização e especialização, sobretudo no século XX.

Para Elias, atualmente há uma tendência à crença na imortalidade e ao afastamento da ideia da morte. Comparada a outros momentos históricos, a expectativa de vida tornou-se mais elevada, através dos avanços da medicina, da prevenção e do tratamento das doenças. A vida tornou-se mais previsível, exigindo maior grau de antecipação e de autocontrole. Diversamente dos séculos anteriores, quando o espetáculo da morte era corriqueiro e familiar, a morte passou a ser ocultada por trás dos bastidores da vida social. (ELIAS apud MENEZES, 2004, p.147-8)

Antes, a dor e o sofrimento eram associados à salvação, fortemente ligados à religião, porém, com o processo de secularização da sociedade moderna, a religião já não possui um lugar privilegiado e o sofrimento passa a ser evitado ao máximo. A crença na imortalidade também sofre alterações, a esperança antes relacionada à religião começa a ser associada à própria vida, já que, comparada a outros momentos históricos, a expectativa de vida tornou-se

mais elevada graças aos avanços da medicina, da prevenção e do tratamento das doenças (ELIAS, 2001). O objetivo passa a ser prolongar a vida ao máximo, de forma a possibilitar mais momentos de prazer (MENEZES, 2013).

A morte é encarada como sinônimo de dor, de sofrimento e de fracasso da imortalidade. É vista como probabilidade e não como fatalidade, isso porque a capacidade médica cada vez maior de controle dos processos naturais coloca a morte em um plano futuro e longínquo, que aparentemente não faria parte do cotidiano do indivíduo e deveria ser até evitada. Em decorrência disso, a morte, que como sabemos é inevitável, corresponderia ao fracasso da classe médica, fato que deveria ser escondido e ter seu fim o mais rápido possível (MENEZES, 2013).

Assim como a morte gera uma evitação, a situação dos moribundos também gera, eles correspondem à imagem da morte iminente e por isso são afastados da cena social. Diante deles as pessoas se comportam com constrangimento, há um sentimento de embaraço com o estado e a posição que o doente se encontra. Pode-se dizer que, para as sociedades modernas, há uma desadaptação da espécie, porque ao negar a morte as pessoas se veem à parte de um ciclo natural. O moribundo se vê, então, solitário em um hospital, com pouco contato com parentes e amigos e sendo tratado de maneira impessoal, uma vez que ele já não corresponde ao ideal de imortalidade e prazer construído pela sociedade.

Não mais compartilhados pela comunidade, tornando-se, então, acontecimentos privados, a morte e os ritos fúnebres (velórios, funerais, cremações e cerimônias religiosas, missas ou cultos) são controlados por profissionais e instituições. A medicalização das condutas está presente em todas essas etapas, com a prescrição de normas higiênicas de cuidados com o cadáver. O enterro no cemitério e a cremação, principalmente, traduzem perfeitamente a necessidade de evacuar a morte, de forma definitiva e rápida. E em volta dessas formas de destinação do corpo são criadas cerimônias privadas que sejam reservadas aos familiares e amigos íntimos do falecido.

Assim,

a morte típica, após 1960, acontece em modernas unidades de tratamento intensivo, com o enfermo isolado, com pouco contato com familiares e amigos, com o corpo invadido por tubos e conectado a aparelhos. O embaraço e a dificuldade de expressão de sentimentos de todos os envolvidos no processo do morrer são referidos por Elias (2011) como a tônica dessa cena. (MENEZES & GOMES, 2011, p.103)

Após o óbito, o corpo é limpo e cuidado por auxiliares de enfermagem, sendo transportado discretamente para o local onde será realizado o funeral.

Portanto, devido ao forte movimento de individualização, o horror da morte é levado a níveis extremos, chegando ao ponto de evitar o próprio fato da morte. A crença na imortalidade passa a estar ligada ao corpo e à máxima prolongação da vida por meio das técnicas médicas. O processo por que passam os moribundos é vivido de forma solitária, pois aquele corpo que já não pode viver de maneira plena não serve mais para o conjunto da sociedade. Com isso, as visitas dos parentes são escassas e privativas, em uma tentativa de esconder aquela pessoa que representa um fracasso social. O ritual funerário é feito o mais rápido possível, para que esse encontro com a morte não dure mais do que o necessário e para que o destino do corpo seja atingido rapidamente. Ou seja, a liminaridade que corresponde ao período de luto é feita sem grandes elaborações, e deve ser vivida sem uma comoção forte, quanto mais rápido o morto fosse destinado ao seu lugar, mais rápido esse momento desconfortável passaria e mais rápido se voltaria para a vida cotidiana. A boa morte é aquela que não dá trabalho para os vivos. O que persiste quanto àquele morto é, somente, a sua individualidade na memória dos vivos, isto é, enfatiza-se a permanência da singularidade de cada pessoa que se foi.

A morte pós-moderna, final do século XX e início do XXI

Como pode-se perceber, com a modernidade, a autonomia do doente era negada a ele durante todo o processo de tratamento e, se fosse o caso, no processo de morte também, ou seja, ele era relegado a uma morte solitária, refém de um tratamento impessoal. Entretanto, a partir da década de 1960, principalmente nos Estados Unidos, surgem críticas a esse modelo de “morte moderna” e novas formas de assistência aos doentes considerados terminais são propostas. Começa um movimento de reivindicação de direitos civis e de direitos para os doentes, trazendo à tona o conceito de morte digna, que também será analisado por meio do artigo anteriormente citado das autoras Menezes e Gomes (2011).

A morte foi colocada em discurso, recusando-se o ocultamento e a negação anteriores. A nova forma de morte está mais ligada à autonomia e às escolhas individuais e pode ser chamada de “neomoderna”, “pós-moderna” ou “contemporânea”. Nesta perspectiva, surge na Inglaterra, nos anos 1990, a proposta de “morte natural”, que retoma a lógica dos povos tradicionais, como os indígenas, da ideia da morte em contato com a natureza e com a

totalidade dos seres. Esse movimento em busca da boa morte é decorrente de dois movimentos sociais: o movimento pelos direitos civis – no qual se inserem as reivindicações por transformações da relação de poder entre médico e doente – e o movimento Nova Era, com forte conotação antitecnológica e uma dimensão de sacralização da natureza e de autodesenvolvimento, além de propostas terapêuticas místicas e holísticas relacionadas às religiões orientais, populares e indígenas.

As modificações que a prática funerária sofreu geraram grande diversificação das cerimônias e das formas de cuidado com o cadáver. Abre-se um espaço extenso de expressão de desejos. Essa multiplicidade de escolhas é resultante da diversidade de esferas que a vida passa a abranger, cabendo ao indivíduo formular suas escolhas profissionais, afetivas, sexuais, bem como de vínculos sociais, adesão/conversão religiosa, pertencimento a grupos, cuidados de si, visibilidade (ou não) de suas opções. Combinações e arranjos complexos são possíveis, isso porque os indivíduos podem escolher diversas formas de encerrar a sua vida, a multiplicidade de religiões e de produtos funerários permite essa complexificação. A crescente personalização dos funerais faz com que o ritual funerário se revalorize e adquira várias possibilidades e significados de realização.

Essas novas modalidades inovadoras de ritualização contam com novas categorias profissionais dedicadas à elaboração da morte – assistentes espirituais, médicos, psicólogos e terapeutas – que se especializam na assistência a doentes terminais, em que também os enlutados ganham atenção dos especialistas. No Brasil, as primeiras iniciativas de eventos sobre o assunto ocorreram nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, nos anos 1990, com reuniões com familiares de doentes falecidos, nas quais, orientados por psicólogos, busca-se entender e trabalhar o sentimento de luto por meio do compartilhamento em grupo. Rituais com algum traço distintivo do morto também começam a aparecer, como uma missa de sétimo dia no Rio de Janeiro que foi tematizada com o emblema de um time de futebol (MENEZES & GOMES, 2011).

O conceito de boa morte é retomado, e expressa a morte que é aceita, escolhida e produzida por quem está morrendo. Isso ocorre em oposição ao ocultamento do morrer efetuado pelo aparato médico, retomando-se a construção de uma morte compartilhada socialmente. Tanto uma vertente mais simplista como uma vertente elaborada passam a coexistir, representando uma recusa da feiura, do desamparo e do sofrimento em face da morte, e valorizando uma tendência para a beleza, o conforto e a visibilidade. Com a falência da saúde e do corpo, faz-se necessário estabelecer uma significação para o término da

existência, sobretudo quando se trata de pessoa jovem. Neste sentido, evidencia-se a construção de uma imagem de uma morte bela, pacífica e controlada.

Os vivos precisam dar conta dos funerais, que podem ser entendidos como uma despedida definitiva, necessitando às vezes de um acerto de contas. Isso porque o ritual oferece para os vivos uma imagem específica do falecido, produzindo consenso ou controvérsia entre familiares, amigos e grupos de pertencimento. De forma geral, as características mais significativas do indivíduo são expostas em seu ritual fúnebre, circunstância que representa a última participação do falecido em atividade coletiva.

Na morte pós-moderna, a individualidade do moribundo continua afirmada, porém a morte não mais é evitada e sim discutida, dando ao indivíduo a autonomia para escolher como será o seu ritual. É possível dizer que o tabu da morte é enfraquecido, uma vez que ela se encontra em ampla discussão, sendo mais encarada e permitindo a preparação do sujeito para esse momento. Com isso, retoma-se a ideia da boa morte, de uma morte preparada que possa ser bonita e controlada, com a presença da subjetividade do morto. Diversas dimensões da vida do falecido estarão presentes no funeral, não havendo uma centralidade apenas da religião ou da dimensão médica, como nos períodos anteriores. E a sobrevivência do morto se liga à manutenção da sua subjetividade na memória dos vivos.

Morte digna

A dignidade da pessoa humana constitui um valor essencial para o universo dos direitos civis e especialmente para os direitos humanos. Esse conceito pode ser pensado no contexto da morte e dos rituais funerários, os quais compõem a vida de todas as pessoas e são atividade de todas as sociedades. “A dignidade da pessoa humana é uma qualidade intrínseca, inseparável de todo e qualquer ser humano, é característica que o define como tal” (DUARTE, 2008, p.15), ou seja, o ser humano possui um valor próprio que o identifica e dota-o de direitos perante o Estado e seus semelhantes.

Faz parte desse valor humano a convivência em sociedade, uma vez que é na participação social que cada pessoa adquire as significações da vida, bem como o papel a desempenhar no grupo. Nesse sentido, Meneses e Gomes afirmam:

Vida e morte são conceitos centrais para a compreensão das concepções de pessoa presentes em diversas culturas. Todo grupo social constrói sua própria definição de pessoa (...). Os modos de administração do início e término da vida são os mais diversificados e dependem das crenças

elaboradas pelo grupo social. Em cada contexto, de acordo com a concepção dominante, são produzidas práticas coletivas e individuais, que suscitam sentimentos e interpretações as mais diversas relativas ao nascimento e à morte. (2001, p.92)

Dessa forma, pode-se dizer que a análise antropológica sobre a morte e os rituais funerários permitem perceber o contexto mais amplo em que se encontra a discussão de morte digna. Ao entender esta expressão como um bem morrer, conclui-se que ela é construída socialmente pelas sociedades em diferentes lugares e épocas a partir de suas concepções, simbolismos, crenças e rituais. Essa conceituação está, então, para além das discussões de morte assistida, eutanásia, ortotanásia, entre outros termos. Entretanto, eles emergem para a discussão em um contexto contemporâneo, o qual, como visto, permite uma multiplicidade de caminhos, o mais das vezes complexos, que suscitam tais discussões, e consistem em uma reflexão da própria sociedade a respeito de seus métodos e significações.

Considerações finais

O assunto tratado neste artigo é bem vasto e que pode suscitar diversas discussões, que de modo algum foram esgotadas aqui. É possível perceber que a morte, como assunto da antropologia, teorizada por diversos autores, possui algumas chaves de entendimento que podem ser usadas para analisar a relação social com ela, nos diversos períodos históricos. A morte como rito de passagem, o horror da morte em consequência da individualização e o triplo dado antropológico são algumas dessas chaves, e nesse contexto podem ser incluídas também as diversas classificações usadas pelos grupos para definir os diferentes tipos de morte.

Pode-se dizer que a morte é uma forma de entender a própria sociedade e o estudo de como ela acontece em cada época é válido e enriquecedor. Essas passagens que ocorrem de época para época, no Brasil, acontecem também no ocidente de maneira geral, e o entendimento delas é de grande ajuda para que cada grupo a reflita sobre as suas escolhas e visualize processos de mudança.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, Patricia Donati, *Quais as diferenças entre eutanásia, morte assistida, ortotanásia e sedação paliativa?*. Disponível em: <<https://lfg.jusbrasil.com.br/noticias/42016/quais-as->

[diferenças-entre-eutanasia-morte-assistida-ortotanasia-e-sedacao-paliativa-patricia-donati-de-almeida](#)>. Acesso em: 22 nov 2017.

ARIÈS, Philippe. *O homem diante da morte*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1981.

DUARTE, T. N. C.. *A dignidade da pessoa humana e os princípios constitucionais do processo do contraditório e celeridade processual*. 2008. 116 f. Dissertação (Mestrado em Direito). Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2008.

ELIAS, Norbert. *A Solidão dos Moribundos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

MENEZES, Rachel Aisengart; GOMES, Edlaine de Campos. “Seu funeral, sua escolha”: rituais fúnebres na contemporaneidade. In: *Revista de Antropologia*, v.54 n.1, São Paulo, USP, 2011.

MENEZES, Rachel Aisengart. A medicalização da esperança: reflexões em torno de vida, saúde/doença e morte. *Amazônica: Revista de Antropologia (Online)*, v.5, p.478-98, 2013.

MENEZES, Rachel Aisengart. A solidão dos moribundos: falando abertamente sobre a morte. *Physis (UERJ)*, Rio de Janeiro, v.14, n.1, p. 147-52, 2004.

MORIN, Edgar. *O homem e a morte*. Rio de Janeiro: Imago, 1997.

REIS, João José. *A morte é uma festa*. Ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

VAN GENNEP, Arnold. *Os ritos de passagem*. Petrópolis: Vozes, 2011.